



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 13 / 02 / 2002  
Rubrica

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 13896.000817/99-60  
Recurso nº : 116.682  
Acórdão nº : 201-76.041

Recorrente : ARGAMASSAS QUARTZOLIT LTDA.  
Recorrida : DRJ em Campinas - SP

**IOF. OURO. ATIVO FINANCEIRO. RESTITUIÇÃO.  
INCONSTITUCIONALIDADE. PRAZO**

O prazo para formular pedido de restituição de valores recolhidos com base em lei declarada inconstitucional pelo STF é de cinco anos a contar da publicação da Resolução do Senado Federal que estende os efeitos da decisão da Suprema Corte.

**Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**ARGAMASSAS QUARTZOLIT LTDA.**

**ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.**

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2002.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
Presidente e Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Roberto Velloso (Suplente), Antônio Carlos Atulim (Suplente), Gilberto Cassuli, José Roberto Vieira, Antônio Mário de Abreu Pinto e Rogério Gustavo Dreyer.

cl opr



Processo nº : 13896.000817/99-60  
Recurso nº : 116.682  
Acórdão nº : 201-76.041

Recorrente : ARGAMASSAS QUARTZOLIT LTDA.

### RELATÓRIO

O presente processo versa sobre o Pedido de Restituição de fl. 01, relativo ao pagamento do IOF sobre a posição de ouro e títulos a ele representativos, existente em 16/03/1990, que a contribuinte entende indevido, efetuado no ano de 1990, protocolizado em 27 de julho de 1999.

A Autoridade Administrativa competente, ao analisar o pedido (fl. 78), indeferiu o pedido de restituição, argumentando que não lhe cabe julgar a constitucionalidade ou não dos dispositivos legais, bem como o direito de pleitear a restituição em questão encontra-se decaído com o decurso do prazo de cinco anos da data da extinção do crédito tributário, a teor dos arts. 165 e 168 do CTN.

Irresignada com a decisão, da qual tomou ciência em 18/02/2000, a interessada apresentou em 16/03/2000, fls. 83/90, sua manifestação de inconformidade, argumentando, em síntese, que:

1) não obstante a constitucionalidade e, portanto, a inexigibilidade do imposto já ter sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal - STF, ratificada pela Resolução nº 52/99, editada pelo Senado Federal, suspendendo sua execução, e pela própria Receita Federal, como depreende-se das Instruções Normativas SRF nº 59 e 129/98, seu pedido foi indeferido;

2) seu pedido não requer o exame da constitucionalidade ou não dos diplomas legais através dos quais se deu a exigência do IOF sobre o ouro, especificamente a Lei nº 8.033/90, mas requer sim que, já tendo sido reconhecido o seu crédito pelas mais diferentes esferas dos Poderes Públicos, em especial a Resolução nº 52/99 do Senado Federal e pelas Instruções Normativas editadas pela Secretaria da Receita Federal, seja restituído, devidamente atualizado, o valor indevidamente pago;

3) alega que admitir como correto o indeferimento de seu pedido é o mesmo que declarar a imoralidade da Administração Tributária, que, de um lado, reconhece a inexigibilidade do crédito tributário relacionado à exigência do IOF sobre o ouro, vedando sua constituição e, em outro, em desprezo ao Parecer COSIT nº 58/98 e ao Parecer PGFN nº 439/96, bem como à Resolução do Senado Federal, nega a restituição de tributo recolhido nos termos dos próprios dispositivos que ela própria reconhece como ineficazes à constituição do crédito tributário;

4) entende que, tratando-se de tributo sujeito ao lançamento por homologação, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça mostra-se assente no sentido de que o prazo de decadência só começa a fluir após cinco anos da ocorrência do fato gerador, somados de mais cinco anos, contados estes da homologação tácita do lançamento. Transcreve a ementa do acórdão em embargos de divergência em recurso especial nº 43.995-5-RS, à fl. 88;

5) conclui, requerendo provimento à sua petição, reformando a decisão da Unidade Preparadora, e reconhecendo o direito à restituição/compensação na forma em que pleiteou.



Processo nº : 13896.000817/99-60  
Recurso nº : 116.682  
Acórdão nº : 201-76.041

A Decisão DRJ/CPS nº 2.146, de 17 de agosto de 2000, foi assim ementada:

*"Assunto: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF"*

*Ano-calendário: 1990*

*Ementa: IOF - Repetição do Indébito. Prazo. Lançamento por homologação. -O prazo quinquenal a que alude o art. 168, inc. I, do CTN, tem por termo inicial o recolhimento do imposto, mesmo nos casos de lançamento por homologação. O prazo, também quinquenal, previsto para a homologação do lançamento no § 4º, do art. 150, do CTN, não interfere na contagem do prazo de repetição, para ampliá-lo, porque destinado exclusivamente ao implemento, pela Administração Tributária, da condição resolutiva que subordina a eficácia do ato jurídico praticado pelo sujeito passivo, qual seja, o de antecipar o recolhimento do tributo devido.*

*SOLICITAÇÃO INDEFERIDA".*

A autoridade de primeira instância indeferiu o pedido de restituição, fundamentando a sua decisão, conforme segue:

*"A manifestação de inconformidade é tempestiva e dotada dos pressupostos de admissibilidade, pelo que dela se toma conhecimento.*

*Cumpre, de inicio, ressaltar que no tocante ao mérito do pagamento do IOF, a Secretaria da Receita Federal manifestou-se sobre a vedação da constituição de crédito tributário relativamente à incidência daquele imposto na transmissão de ouro definido pela legislação como ativo financeiro e na transmissão ou resgate de título representativo de ouro, a que se refere o art. 1º, incisos II e III, da Lei nº 8.033, de 12 de abril de 1990, através da edição das Instruções Normativas SRF nºs. 59, de 29/06/1998, e 129, de 09/11/1998.*

*Pelos mesmos atos, a SRF determinou também a revisão de ofício dos lançamentos referentes à matéria mencionada, para fins de alterar, total ou parcialmente, o respectivo crédito tributário.*

*Contudo, em se tratando da restituição do pagamento do IOF, nas hipóteses de incidência referidas, um óbice se vislumbra no caso sob análise, militando contrariamente às pretensões da interessada.*

*Deveras, como afirma a contribuinte, a Secretaria da Receita Federal, através do Parecer Cosit nº 58/98, havia se pronunciado no sentido de que o prazo decadencial para se pleitear a restituição do indébito deveria ter seu termo inicial após a publicação da Resolução do Senado quanto à constitucionalidade da hipótese de incidência do tributo, ou após a edição de ato específico do Secretário da Receita Federal sobre o assunto.*

*E a Resolução nº 52, de 22 de outubro de 1999, declarou suspensa a execução dos incisos II e III do art. 1º da Lei Federal nº 8.033, de 12 de abril de 1990, que instituíram a cobrança do IOF sobre a transmissão de ouro definido pela legislação como ativo financeiro e sobre a transmissão ou resgate de título representativo de ouro.* *JAM*



Processo nº : 13896.000817/99-60  
Recurso nº : 116.682  
Acórdão nº : 201-76.041

Entretanto, o Parecer PGFN/CAT/Nº 1.538/99, de 28 de outubro de 1999, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, prolatou entendimento diverso daquele então determinado pela Secretaria da Receita Federal, alegando a inobservância dos princípios da estrita legalidade tributária e da segurança jurídica. Nesse sentido, transcreve-se as conclusões daquele parecer, in verbis:

"46. Por todo o exposto, são estas as conclusões do presente trabalho:

I – o entendimento de que o termo a quo do prazo decadencial do direito de restituição de tributo pago indevidamente, com base em lei declarada inconstitucional pelo STF, seria a data de publicação do respectivo acórdão, no controle concentrado, e da resolução do Senado, no controle difuso, contraria o princípio da segurança jurídica, por aplicar o efeito ex tunc, de maneira absoluta, sem atenuar a sua eficácia, de forma a não desfazer situações jurídicas que, pela legislação regente, não sejam mais passíveis de revisão administrativa ou judicial;

II- os prazos decadenciais e prescricionais em direito tributário constituem-se em matéria de lei complementar, conforme determina o art. 150, III, "b" da Constituição da República, encontrando-se hoje regulamentada pelo Código Tributário Nacional;

III- o prazo decadencial do direito de pleitear a restituição de crédito decorrente de pagamento de tributo indevido, seja por aplicação inadequada da lei, seja pela inconstitucionalidade desta, rege-se pelo art. 168 do CTN, extinguindo-se, destarte, após decorridos cinco anos da ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 165 do mesmo Código;

IV- a PGFN deve manter o entendimento propugnado no PARECER PGFN/CAT/Nº 678/99, sendo recomendável que se procure, nos termos da legislação processual civil, viabilizar recurso extraordinário ao STF, nas ações em que a matéria seja discutida, a fim de se tentar alterar a jurisprudência ora dominante, notadamente no STJ e no TRF da 1ª Região;

....."

Posteriormente foi editado o Ato Declaratório nº 096, pela Secretaria da Receita Federal, em 26 de novembro de 1999, confirmando a interpretação dada pela PGFN em seu parecer acima:

'O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o teor do Parecer PGFN/CAT/Nº 1.538, de 1999, declara:

I – o prazo para que o contribuinte possa pleitear a restituição de tributo ou contribuição pago indevidamente ou em valor maior que o devido, inclusive na hipótese de o pagamento ter sido efetuado com base em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação declaratória ou em recurso extraordinário, extingue-se após o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da extinção do crédito tributário- arts. 165, I, e 168, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

II- .....omissis.....' (grifou-se).

Nesse contexto, importa salientar que Portaria da Secretaria da Receita Federal nº 3.608, de 06/07/1994, DOU de 13/07/1994, em seu item IV, determina que os

*[Assinatura]*



Processo nº : 13896.000817/99-60  
Recurso nº : 116.682  
Acórdão nº : 201-76.041

*Delegados da Receita Federal de Julgamento observarão preferencialmente em seus julgados, o entendimento da Administração da Secretaria da Receita Federal, expresso em Instruções Normativas, Portarias e despachos do Secretário da Receita Federal, e em Pareceres, Atos Declaratórios Normativos e Pareceres, da Coordenação-Geral do Sistema de Tributação.*

*Por outro lado, quanto à jurisprudência do STJ - Superior Tribunal de Justiça, citada à fl. 88, é importante salientar que o entendimento expresso pelo STJ, quanto à restituição do Empréstimo Compulsório sobre a Aquisição de Combustíveis, foi estendido ao direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, através do lançamento, quando aquele egrégio tribunal manifestou que a decadência opera-se depois de cinco anos, contados do exercício seguinte àquele em que se extinguiu o direito potestativo de o Estado rever e homologar o lançamento, no Recurso Especial nº 101.407-SP:*

**'RECURSO ESPECIAL N° 101.407-SP**

*Ementa:*

*Tributário - Sociedade - Dissolução Irregular - Sócio Gerente - ICMS - Constituição do Crédito Tributário - Decadência - Prazo (CTN art. 173).*

*I - O art. 173, I do CTN deve ser interpretado em conjunto com seu art. 150, § 4º.*

*II - O termo inicial da decadência prevista no art. 173, I do CTN não é a data em que ocorreu o fato gerador.*

*III - A decadência relativa ao direito de constituir crédito tributário somente ocorre depois de cinco anos, contados do exercício seguinte àquele em que se extinguiu o direito potestativo de o estado rever e homologar o lançamento (CTN, art. 150, § 4º).*

*IV - Se o fato gerador ocorreu em 1980, a decadência opera-se em 1º de janeiro de 1991.' (ac. unânime da 1ª Turma do STJ, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. em 14-08-97, pub. DJU de 15-09-97, p. 44288)*

*Entretanto, nos Embargos de Divergência do RESP 101.407 -SP, em acórdão de 07 de abril de 2000, publicado no Diário de Justiça de 08 de maio de 2000, o STJ modificou aquele entendimento quanto ao lançamento. Por consequência natural, é de pressupor-se que aquele Tribunal se manifeste no mesmo sentido quanto à restituição do indébito tributário. Referido acórdão está assim ementado:*

**'TRIBUTÁRIO. DECADÊNCIA. TRIBUTOS SUJEITOS AO REGIME DO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. Nos tributos sujeitos ao regime do lançamento por homologação, a decadência do direito de constituir o crédito tributário se rege pelo artigo 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, isto é, o prazo para esse efeito será de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador; a incidência da regra supõe, evidentemente, hipótese típica de lançamento por homologação, aquela em que ocorre o pagamento antecipado do tributo. Se o pagamento do tributo não for antecipado, já não será o caso de lançamento por homologação, hipótese em que a constituição do crédito**



Processo nº : 13896.000817/99-60  
Recurso nº : 116.682  
Acórdão nº : 201-76.041

*tributário deverá observar o disposto no artigo 173, I, do Código Tributário Nacional. Embargos de divergência acolhidos.'*

*É importante salientar que a contenda suscitada pela interpretação dada pelo STJ passa pela intelecção do termo jurídico "condição", a que faz referência o parágrafo primeiro do art. 150, do CTN, in verbis:*

*'Art. 150. ...*

*§1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.'* (grifou-se)

*A condição, como um dos possíveis elementos acidentais do ato jurídico, nos termos do art. 117 do Código Civil Brasileiro, é "a cláusula, que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e incerto."*

*Decorre daí que condição não opera sobre a validade do ato jurídico, mas sobre sua eficácia e, nesse ponto, reconhecem-se duas situações, que, por ora, são elucidadas segundo os ensinamentos de Silvio Rodrigues (in Direito Civil, Vol. I, Parte Geral, 23ª Ed., Saraiva, pg. 259):*

*'A condição afeta a eficácia do negócio sob dois aspectos: quer impedindo que a avença se aperfeiçoe até o advento da condição, e então se diz ser ela suspensiva quer tornando sem efeito o ajuste, em virtude de seu advento, e então tem o nome de resolutiva' (destaques do original)*

*Em outras palavras, a condição, de imediato, ou suprime ou confere eficácia ao ato jurídico até e quando se tornar concreta no mundo dos fatos. Retomando a lição de Silvio Rodrigues sobre o tema, às pgs. 269/270 da obra referida, consta:*

*'C) A condição suspensiva. – O art. 118 do Código Civil dá a noção de condição suspensiva. Diz que, subordinando-se a eficácia do ato à condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa. De modo que, nos contratos subordinados a esta espécie de cláusula, a aquisição do direito fica submetida à ocorrência de um fato futuro e incerto. Se este advier, adquire-se o direito; caso contrário, não.'*

*Enquanto a condição não ocorre, o titular do direito eventual tem apenas uma expectativa de direito, uma spes debitum iri, ou seja, a possibilidade de vir a adquirir um direito, caso a condição ocorra.*

*[...]*

*D) A condição resolutiva. – O negócio sujeito à condição resolutiva se aperfeiçoa desde logo, todavia fica sujeito a se desfazer, e de fato se desfaz, se ocorrer aquele evento futuro e incerto referido na avença.*

*[...]*

*Enquanto na condição suspensiva o ato só ganha eficácia com o advento daquela, na resolutiva o negócio se resolve com referido advento. [...] O art. 119 do Código Civil precisa os efeitos da condição resolutiva. Diz ele:*

*'Art. 119. Se for resolutiva a condição, enquanto esta não se realizar, vigorará o ato jurídico, podendo exercer-se desde o momento deste o direito por ele*

*(Assinatura)*



Processo nº : 13896.000817/99-60  
Recurso nº : 116.682  
Acórdão nº : 201-76.041

*estabelecido; mas, verificada a condição, para todos os efeitos, se extingue o direito a que ela se opõe.'*

*À vista da exposição acima, resta identificar qual o ato jurídico a que se reporta o parágrafo primeiro, do art. 150, do CTN e, mais importante ainda, qual a condição resolutiva que condiciona sua eficácia.*

*O ato jurídico é aquele a cargo do sujeito passivo, que reconhecendo a realização fática da hipótese prevista na regra de incidência tributária, apura a matéria tributável, identifica a alíquota aplicável à espécie e, antes do exame da correção deste seu procedimento pela autoridade administrativa competente, antecipa o pagamento do tributo devido.*

*E qual é a condição resolutória que, consoante os ensinamentos já referidos, se opõe àquele ato jurídico? Qual é o "evento futuro e incerto que lhe pode tirar a eficácia, rompendo a relação jurídica anteriormente formada"? Em outras palavras, qual é, no caso, a condição que põe em suspensão a resolução do que se realizou no ato jurídico identificado? Fora de qualquer dúvida, o evento suscitado é a não-homologação. É este o evento que resolve, dissolve, desmancha o ato jurídico antecipatório do pagamento.*

*Por outro lado, para que situações jurídicas não restem indefinidas ao longo do tempo, a lei tributária estabelece em cinco anos, "a contar da ocorrência do fato gerador", a teor do § 4º, do art. 150, do CTN, o prazo para que a Administração Tributária enseje a condição resolutória, isto é, se manifeste, se for o caso, pela não-homologação.*

*Acrescente-se que este prazo em nada afeta o prazo quinquenal a que alude o art., 165, inc. I, do CTN, o qual tem por termo inicial o recolhimento indevido. Isto mesmo nos casos de lançamento por homologação, pois o ato jurídico antecipatório do pagamento é tido por eficaz desde o início, podendo exercer-se desde este momento o direito por ele estabelecido, a teor do art. 119 do Código Civil, entre os quais, o direito à repetição de possível indébito.*

*Destarte, o prazo, também quinquenal, previsto para a homologação do lançamento, nos termos do § 4º, do art. 150, do CTN, não interfere na contagem nem na fixação do termo inicial do prazo para repetição do indébito, para ampliá-lo, porquanto aquele é destinado à Administração, para que esta implemente, se for o caso, a condição resolutiva da não-homologação que condiciona a eficácia do ato jurídico, realizado pelo sujeito passivo, tendente a reconhecer a materialização da hipótese de incidência e, assim, antecipar o pagamento do tributo devido.*

*Concluindo, o direito de pleitear a restituição do indébito extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos da data da extinção do crédito tributário, no presente caso operada pelo pagamento do imposto, nos termos da legislação tributária aplicável, a teor dos arts. 168 e 165 do Código Tributário Nacional.*

*Assim, se os pagamentos foram realizados pela contribuinte no ano de 1990, conforme documentos de fls. 41/44, seu direito de requerer a restituição do IOF*

*\_\_\_\_\_*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 13896.000817/99-60  
Recurso nº : 116.682  
Acórdão nº : 201-76.041

*que defende indevido extinguiu-se no ano de 1995, razão pela qual se confirma o entendimento exarado na Decisão SESIT nº 954/99, da DRF Osasco (SP), fl. 78."*

Cientificada da decisão em 08/11/2000, interpôs, em 05/12/2000, recurso a este Conselho (fls. 105/118) onde reitera a argumentação já expendida na impugnação.

É o relatório.



Processo nº : 13896.000817/99-60  
Recurso nº : 116.682  
Acórdão nº : 201-76.041

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA  
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

O recurso é tempestivo e dele tomo conhecimento.

Trata-se de pedido de restituição de IOF incidente sobre ouro, ativo financeiro, nos termos da Lei nº 8.033, de 1990, cujo teor transcrevo:

*"Art. 1º São instituídas as seguintes incidências do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários:*

(...)

*II - transmissão de ouro definido pela legislação como ativo financeiro;*

*III - transmissão ou resgate de título representativo de ouro;*

(...)

*Art. 2º O imposto ora instituído terá as seguintes características:*

*I - somente incidirá sobre operações praticadas com ativos e aplicações, de cujo principal o contribuinte era titular em 16 de março de 1990;*

*II - incidirá uma só vez sobre as operações especificadas em cada um dos incisos do artigo anterior, praticadas a partir de 16 de março de 1990 com o título ou valor mobiliário, excluída sua incidência nas operações sucessivas que tenham por objeto o mesmo título ou valor mobiliário;*

*III - não prejudicará as incidências já estabelecidas na legislação, constituindo, quando ocorrer essa hipótese, um adicional para as operações já tributadas por essa legislação;*

(...)

*Art. 3º A base de cálculo do imposto de que trata esta lei é:*

(...)

*II - nas hipóteses de que tratam os incisos II e III do art. 1º, o valor da operação;*

(...)

*Art. 4º Fica estabelecida a obrigatoriedade da apresentação, pelo contribuinte, até 18 de maio de 1990, declaração discriminando os ativos financeiros mencionados nos incisos II, III, IV e V do artigo 1º, quando ocorrer, pelo menos, uma das seguintes hipóteses:*

*I - o contribuinte possuir ouro;*

(...)

*Art. 5º A alíquota do imposto de que trata esta lei é de:*

(...)

*II - 35%, nas hipóteses de que tratam os incisos II e III do art. 1º;*

(...)

*Art. 6º As alíquotas previstas nos incisos II, III e IV do artigo anterior serão reduzidas, respectivamente, para 15%, para 8% e para 8%, se o contribuinte, até 18 de maio de 1990, optar pelo pagamento antecipado do imposto previsto no artigo 1º, oportunidade*



Processo nº : 13896.000817/99-60  
Recurso nº : 116.682  
Acórdão nº : 201-76.041

*em que lhe será concedido o parcelamento em 5 prestações mensais, iguais e sucessivas, atualizadas pela variação do BTN Fiscal.*

(...)"

Os incisos II e III do art. 1º foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 225.272-8-SP, em sessão plenária realizada em 15/10/1998, por unanimidade de votos. A decisão foi publicada no Diário da Justiça de 27/11/1998.

O Secretário da Receita Federal editou a Instrução Normativa nº 59, de 26 de junho de 1998, publicada no DOU de 29/06/1998, para vedar a constituição de crédito tributário relativo ao art. 1º, inciso II da Lei nº 8.033, de 1990, e posteriormente a Instrução Normativa nº 129, de 5 de novembro de 1998, publicada no DOU de 09/11/1998, na qual veda a constituição de crédito tributário relativo ao inciso III do art. 1º da referida Lei nº 8.033, de 1990.

O Senado Federal editou a Resolução nº 52, de 1999, que foi publicada no DOU de 25/10/1999, e cujo texto é o seguinte:

*"Art. 1º É suspensa a execução dos incisos II e III do art. 1º da Lei Federal nº 8.033, de 12 de abril de 1990.*

*Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."*

Trata-se, afinal da definição do prazo que possui o contribuinte para requerer a restituição de tributo declarado inconstitucional.

A matéria (restituição do IOF sobre ouro, ativo financeiro) já foi examinada nesta Câmara, sendo relator o Conselheiro Sérgio Gomes Velloso, no Acórdão nº 201-75.098, em sessão de 11 de julho de 2001, no qual foi dado provimento ao recurso, considerando que "o prazo de 5 anos para formular pedido de restituição/compensação de valores indevidamente recolhidos, por haver sido declarada inconstitucional pelo STF a norma que previa a exação, é contado a partir da data em que foi publicada a decisão da Corte Suprema".

No meu entender, no presente caso, tendo havido a edição da Resolução do Senado Federal, é a data da publicação da Resolução que deve ser levada em conta, o que ocorreu em 25/10/1999. É a partir dessa data que os contribuintes não integrantes da ação judicial terão seu pagamento considerado como efetivado indevidamente, por fundado em lei inconstitucional.

No presente processo o protocolo do pedido de restituição é de 27 de junho de 1999, anterior, portanto, à própria Resolução do Senado Federal.

Assim, voto no sentido de dar provimento ao recurso, reconhecendo o direito à restituição dos valores pagos, ressalvando à autoridade administrativa a verificação da efetiva entrada da receita referente aos DARF constantes, em cópia, às fls. 42/44, bem assim dos cálculos do valor a ser restituído, devendo ser observada a Norma de Execução Cosar/Cosit nº 8, de 1997.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2002.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES